A REPÚBLICA BRASILEIRA "VISTA" PELOS DEBAIXOS

ZENILDO LEAL

RESUMO
O artigo propõe uma análise crítica da história da República Brasileira a partir da perspectiva dos sujeitos historicamente marginalizados — os "debaixos". Procuro destacar como, desde a Abolição da escravatura, o Estado brasileiro negligenciou a população negra e pobre, excluindo-a dos direitos prometidos pela República. O texto percorre temas como a exclusão dos ex-escravizados do acesso à terra, a negação de cidadania plena, o abandono nas cidades e a permanência das estruturas racistas e elitistas ao longo do tempo. Fundamento a análise com contribuições teóricas de autores como Emília Viotti, Florestan Fernandes e Cunha Junior, além de utilizar letras de RAP nacional como fonte histórica e instrumento de resistência e construção de novas narrativas. O artigo evidencia como o RAP — representado por grupos como Racionais MC's, Consciência Humana, GOG e Z'África Brasil — atua como ferramenta de denúncia, memória e reconstrução da identidade negra e periférica, narrando por meio das letras as dores, lutas e resistências do povo negro, articulando saberes populares à crítica sociopolítica.

INTRODUÇÃO

A história oficial da República Brasileira, contada sob a perspectiva dos vencedores e das elites dominantes, sempre marginalizou os "debaixos" — termo que, neste artigo, representa a população negra, periférica e pobre, tradicionalmente excluída dos processos políticos, sociais e econômicos do país. Este texto tem como objetivo desconstruir essa narrativa hegemônica ao trazer à tona vozes historicamente silenciadas, em especial por meio do RAP, que emerge como ferramenta de denúncia, resistência e construção de uma nova história. Com base em referências históricas, sociais e musicais, percorro o período da Abolição, da Proclamação da República até os tempos atuais, evidenciando a permanência das estruturas excludentes e a luta constante por terra, pão e liberdade. A análise proposta busca recuperar os olhares e discursos daqueles que, à margem do poder, também são sujeitos históricos e, por isso, têm o direito de reescrever a sua história com sua própria linguagem, vivência e dor.

I - A República que de pública não teve quase nada

Segundo Emília Viotti, a Abolição foi encaminhada por fases até instituição, em 1888, sendo que a maior controvérsia referente ao desenrolar legal não se deu neste ano, mas quando o governo imperial propôs a chamada Lei do Ventre Livre, em 1871, por incrível que pareça, partindo do conservador Visconde do Rio Branco, arrancando os louros da abolição das mãos dos liberais, e pra não deixar passar batido, evitando que os próprios escravizados conquistassem sua liberdade, como ocorrido no Haiti. Costa nos aponta que:

> Vários fatores contribuíram para essa mudança. Alguns têm a ver com as transformações econômicas e demográficas que ocorreram no país durante aquele período. Outros têm a ver com as transformações sociais e o processo político. Outros, ainda, com a campanha organizada pelos abolicionistas. Finalmente, nos anos que antecederam a aprovação da Lei Áurea, o fator decisivo foi a insurreição dos escravos e a consequente desorganização da economia, o que levou os próprios fazendeiros, que até então se tinham oposto à emancipação dos escravos, a verem a abolição como uma medida necessária ao restabelecimento da ordem. (COSTA, 2008, p. 62)

Ou seja, não se tratava só de libertar os escravizados, mas, principalmente, de se livrar do custo e de garantir que eles, após livres não viessem insurgir contra a classe social dominante, que na transição do trabalho escravo para o trabalho livre:

> [...] foi extraordinariamente bem-sucedida. A desorganização do trabalho pela intensa fuga de escravos nos anos que imediatamen-

te precederam à lei que pôs fim à escravidão foi seguida por uma rápida reorganização nos setores mais dinâmicos da economia. Embora fazendeiros, cuja situação econômica já era precária anteriormente à lei, fossem profundamente abalados, alguns chegando mesmo a ser forçados a abandonar suas fazendas, como classe a maioria dos fazendeiros fez essa transição sem maiores problemas. (COSTA, 2008, p. 133)

A Abolição se deu mais pelo desejo de se livrar dos embaraços da escravidão do que propriamente de emancipar o escravizado. A manutenção da instituição que durante séculos havia sido lucrativa, ao fim do século XIX se encontrava na UTI. Apesar de ter representado uma etapa no processo de superação da economia colonial no país, iniciando seu vínculo às correntes industriais e capitalistas internacionais, não significou uma ruptura total com os valores do passado, muito menos representou a inserção do ex-escravizado na sociedade republicana.

O ex-escravo foi abandonado à sua própria sorte. Suas dificuldades de ajustamento às novas condições foram encaradas como prova de incapacidade do negro e da sua inferioridade racial. Chegou-se a dizer que era mais feliz na situação de escravo do que na de homem-livre, pois não estava apto a conduzir a própria vida. (COSTA, 2007, p. 343)

A República que nasce, de pública terá quase nada, pelo menos na prática. O próprio povo pelo qual ela se diz insurgir, implantando um regime republicano, trazendo e propagando os prazeres da democracia e do sabor ao se exercer a cidadania, ficam a ver navios diante dos privilégios das oligarquias dominante, quando não, da nova classe que ganhava corpo e poder diante da nova estrutura econômica e política.
A terra, símbolo de poder, não foi socializada, e permaneceu concentrada nas mãos dos que outrora a exploravam utilizando mão de obra escrava. Escravos que, após serem libertos, foram expulsos para a cidade, uma vez que muitos foram substituídos por imigrantes europeus, como se suas mãos calejadas enquanto escravizados, não fossem capazes de lidar com o solo, que durante três séculos foi adubado pelo suor e sangue africano.
Nas cidades, os ex-escravizados foram amontoados em cortiços, à mercê do descaso do qual a cidade no fim do século XIX estava submetida, conforme Florestan Fernandes:

Apesar de seus ideais humanitários, o abolicionismo não conduziu os 'brancos' a uma política de amparo ao negro e ao mulato. Como demonstram os resultados da análise pioneira de Roberto Simonsen, em trabalho magistral, nos momentos mais duro da transição existiram fazendeiros que defendiam a ideia de indenização. Nenhum deles se levantou em prol da indenização do escravo ou do liberto e, em consequência, os segmentos da população brasileira que estavam associados à condição de escravo ou de liberto viram-se nas piores condições de vida nas grandes cidades. Foram reduzidos a uma condição marginal, na qual se viram mantidos até o presente. Somente depois de 1945 começaram a surgir oportunidades reais de classificação na estrutura da ordem social competitiva, ainda assim, para número limitado de indivíduos potencialmente capazes de terem êxitos na competição socioeconômica com os brancos. (FERNANDES, 2007, p. 62)

II – O olhar dos debaixos sobre a República Brasileira
De vez em quando ainda alimento o meu sonho
Quando a esperança entra na reserva eu componho
Transformo em rima tudo o que eu passo
Isso que faço, rap arregaço
Não quero ganhar, eu quero vencer
É bem diferente, deu pra entender?
Poucas palavras, tio, vou ser breve
Se a história é nossa, deixa que nóis escreve...

A disputa pela narrativa, ou melhor, por estar inserido na mesma, tem se intensificado nos últimos anos. Sujeitos invisibilizados, ou até mesmo desconfigurados pela história oficial, tomaram para si a missão de se fa-

zerem vistos nas narrativas históricas. Não se trata meramente de ser mais um "personagem" a ser descrido nos livros, pelo contrário, os sujeitos apresentados pelas novas narrativas proporcionam outros olhares sobre fatos que quando não os apresentavam, os apresentavam sob um olhar reduzido, para não dizer excludente, diminuindo suas participações na história.

Como nos apresenta de forma direta o rapper Renan do grupo Inquérito no RAP Poucas Palavras, "se a história é nossa deixa que nóis escreve". Apesar do pensamento ser constituído no início do século XXI, resume bem a lógica que foi adotada pelos rappers e pelas rappers a partir do fim da década de 1980. RAP como Centro da Cidade de MC Jack, Homens da Lei da dupla Thaíde e DJ Hum, bem como Gritos do Silêncio do grupo Código 13 na coletânea Cultura de Cultura lançada em 1988, já traziam não meras rimas, mais um olhar sociológico da realidade em que seus compositores estavam inseridos.

Se a história é o olhar do presente ao passado indagado a partir de inquietações do período histórico em que se está inserido, os rappers à fazem de forma que seus saberes constituídos nas relações sociais se apresentam em profundo diálogo com os seus olhares sobre a realidade, se enquadrando como:

(...) uma resistência quilombola na produção da história das populações negras no país. Esta resistência tem produzido uma nova história nacional baseada em novos conceitos e práticas metodológicas. Nesta história da população negra é que os conceitos de identidade têm importância e atrelados a ele, os de memória e patrimônio cultural. (CUNHA JUNIOR, 2016, p. 121)

É na efervescência da última década do século XX, pós reabertura política e promulgação da nova Constituição Federal que o RAP amparado pelos movimentos sociais, principalmente pelo Movimento Negro, passa a construir uma nova narrativa. As vozes que emergem são de origens diferentes daquelas que no início do século XX creditaram suas esperanças na República que se estruturava. Contrapondo a ideia de que o aprofundamento da urbanização equalizaria o contraste social, e por que não dizer, sendo fruto dessa desigualdade emaranhada na sociedade republicana, tais vozes não só clamavam inserção na mesma, mas também a apresentava sob outro olhar.

Passageiro do Brasil, São Paulo, agonia
Que sobrevivem em meio às honras e covardias
Periferias, vielas, cortiços
Você deve tá pensando: O que você tem a ver com isso?
Desde o início por ouro e prata
Olha quem morre, então veja você quem mata
Recebe o mérito, a farda que pratica o mal
Me ver pobre, preso ou morto já é cultural

O RAP Negro Drama do Racionais MC's que em sua primeira parte é rimada pelo rapper Edi Rock, evidencia de onde vem essas vozes e consequentemente aponta quem são os ideólogos do gueto. "Periferias, vielas, cortiços" se diferenciam do cenário de onde vieram os pensadores da República Brasileira do início do século XX, e, "desde o início por ouro e prata/Olha quem morre, então veja quem mata" explicita a violência à que os donos dessas vozes foram submetidos. "Histórias, registros e escritos/Não é conto, nem fábula, lenda ou mito" deixa escurecido quem não se trata de uma mera análise poética da realidade, ou meras buscas de perspectivas políticas no futuro pós república, a frase expõe que a análise e reflexão partem da realidade concreta na qual os ideólogos do gueto estavam inseridos e foram submetidos ao longo da história republicana. O presente através dessas rimas é apresentado aos ouvintes, exigindo que olhem no passado e percebam que a historicidade dos pretos e periféricos tem ligação com a própria história iniciada através da diáspora via Oceano Atlântico e desaguada em território que de forma autoritária recebeu o nome de Brasil.

O trecho a seguir da segunda parte do RAP Negro Drama rimada por Mano Brown traz um elemento a mais para entendermos o quão diferente é esse ideólogo que constrói

uma nova narrativa sobre os contrastes sociais republicanos. Já no início de sua parte, o rapper deixa pontuado de que se trata de "uma história real" e irá contar a dele e assim o faz. A mulher negra ganha destaque, e, o cenário é descrito como se o rapper estivesse dentro de uma selva, a diferença apontada por ele, é que essa selva havia sido arquitetada de forma que poucos a ela pertencessem. Em seguida, surge o fruto das desigualdades que tal arquitetura social origina ao mesmo tempo que é destacado o seu arquiteto, "Um bastardo, mais um filho pardo, sem pai".
Nota-se que Mano Brown não só trata de expor o contraste social, tão pouco se limita a culpalizar o senhor de engenho que após a fundação da república brasileira se tornou o gestor da selva de pedra, por ele desbravada.

III – Pelo pão, pela terra e pela liberdade.
Mas moço tá muito caro
O custo de vida aqui é muito alto
Só quero um pedaço de terra pra plantar
Dar a minha família o que comer, a nós um lar

O debate sobre a terra no Brasil, se dá desde o início da ocupação do território através da distribuição de terras pelo regime de sesmarias, tal lógica permaneceu por todo o período que o país esteve sob domínio de Portugal, havendo mudança no final do século XVIII, momento que se iniciou a aquisição de terras por posse. Sendo que entre os anos "1822 até 1850, [que] a posse se tornou a única forma de aquisição de domínio sobre as terras (...)", situação alterada pela Lei de Terra de 1850. A criação da Lei de Terra coincide com a criação da Lei Eusébio de Queirós, que passou a determinar a proibição do tráfico de escravizados em território nacional.

Mas por aqui como sempre a ganância vem primeiro!
Rapidinho... rapidinho aprovaram a lei vergueiro
Para fuder como os posseiros garantindo a terra título
e não pela ocupação
Aí libertaram os escravos e jogaram na miséria
Criando assim nossos primeiros sem terras!
Onde um dia foi quilombo hoje em dia é favela
Estabelecida sobre a terra, mais abaixo da miséria infelizmente

O grupo do interior, Face da Morte, busca nesse processo de institucionalização da ocupação da terra a origem dos problemas que envolvem a questão da moradia, apontando-a como geradora da desigualdade social e favorecendo a concentração de terra nas mãos dos latifundiários. Que passaram a encararem como um bem, uma mercadoria, atribuindo a mesma um caráter comercial e não apenas um status social que teve durante o período colonial. O RAP escrito e rimado pelo rapper Aliado G, integrante do grupo Face da Morte, proporciona o olhar sobre a luta pela terra a direcionando à Reforma Agrária. A concentração de terras é rimada pelo rapper como o grande entrave para se alcançar justiça social, fato que por ele é possível se observar do "Oiapoque ao Chuí".
Como nos aponta o rapper GOG, no RAP Sonho Real, ousar ter uma moradia é comprar briga com o "quarteto mágico da malícia" que por ele é definido como, "Um governador que prometeu e não cumpriu/A justiça que decretou despejo hostil/Um prefeito que poderia e não fez/A polícia que efetivou a ação com insensatez". O "quarteto da malícia" penderia suas ações aos "empresários inadimplentes, mas muito ricos", que pelo poder aquisitivo mesmo estando devendo ao Estado de Goiás, teve toda sua estrutura a favor da desapropriação dos moradores "onde a terra vale muito mais que vidas". Para o rapper brasiliense os "debaixos" haviam sido ousados em transformar um local inabitável em moradia, que além de lhe propiciarem um abrigo, havia se tornado um bairro, cheio de vida e alegria. Diante disso e da lógica da posse de terra que foi constituída no Brasil, para a juíza só caberia exigir a desocupação que por parte dos que ali viviam enfrentou resistência. Novamente percebe-se que ao construir outra narrativa o rapper GOG como outros rappers, busca

reivindicar o passado, principalmente no que se trata de resistência. “Faziam dos quilombolas seu espelho” é mais que uma frase para completar a rima, pelo contrário, é o reivindicar político de sua história, de suas experiências e acima de tudo, é assumir com quem e sobre quem se está rimando. Diferente de outras narrativas que ao abordarem os marcos históricos se limitam em narrá-las ignorando a diversidade e complexidade dos sujeitos históricos que a compõem, a narrativa constituída pelos rappers não só traz novos sujeitos históricos, como também o colocam “vivos” e ativos nelas.

PM, Civil, ROTAM, Choque, o GAT
Forças armadas e o cachorro late
Hospital convocado, polícia disfarçado
Dá pra imaginar o saldo?
Bombas de gás, granadas, armas letais
(...)

A repressão estatal através das forças de segurança não é algo novo nas narrativas quando se trata da relação da República Brasileira em seu lidar com mobilizações populares, porém, o RAP e nesse caso o rapper GOG faz com que os ouvintes se vejam nos moradores que são expulsos de suas moradias, além de dá elementos a eles para que compreendam a luta por moradia no Brasil. De forma única e direta, GOG age como nos explicita ARROYO (2003) ao comparar os movimentos sociais aos profissionais da pedagogia.

IV – Essa é a vida de muitos ...

A periferia dos anos de 1970 e 1980 rimada pelos rappers é tratada de forma muito peculiar. É costume de se ver análises e narrativas sobre esse período sempre com inúmeras estatísticas e gráficos, os poucos momentos em que os debaixos são lembrados nas narrativas sobre a república, porém, representados por números.

A que sentido flores prometeram um mundo novo
Favela, viela, morro, tem de tudo um pouco
Tentam alterar o DNA da maioria
Rei Zumbi! Antigamente quilombos, hoje periferia!
Levante as caravelas, aqui não daremos tréguas não, não
Então que venha a guerra!
Zulu Z'África Zumbi aqui não daremos tréguas não, não
Então que venha a guerra!

As narrativas constituídas nos RAP sobre a periferia trazem a referência aos quilombos, reivindicando a ancestralidade étnico-racial. Ao citar os quilombos no RAP “Antigamente quilombo, hoje periferia”, o grupo Z’África Brasil localiza aos seus ouvintes sobre quem está falando, fazendo com que eles se localizem na história, ou melhor, se vejam e percebam que tanto eles como o local em que moram tem uma historicidade.

A realidade atual da periferia é apontada como reflexo de um passado que não passou, que tem a perpetuação das mazelas que a atinge pelo processo hereditário de quem gere o poder político, que segundo o grupo “sempre tiveram seus planos”:

Burguesia nazista de mente falida, playboy
O seu futuro é planejado, o seu dinheiro é válido
Mas seus planos são fracos, chegamos pra te enfrentar playboy
Quebramos a cara no mundo fruto do seu plano sujo
Para nos ver no escuro do lado obscuro da periferia, ó quem diria?
Que essa gente que vocês tanto marginalizam

A divisão de classe caracterizada no termo “playboy” é ouvida em vários RAP, mas em “Periferia tem o seu lado bom” o termo é ligado diretamente às implicações sociais das quais a periferia é alvo, o herdeiro da “Casa Grande” é destrinchado e colocado como mentor e responsável. A análise da periferia e de seus atores pelo grupo A Família no RAP Castelo de Madeira nos dá uma base da complexidade que envolve a periferia, principalmente quando a comparamos à sociedade desenhada pelos ideólogos republicanos. Que se difere profundamente da vivida e rimada pelo grupo Consciência Humana:

E, no entanto, estou lembrando é da minha infância

Do bairro perigoso, da favela cheia de criança
Do rosto, do esforço das pessoas que moravam lá
Que batalharam pra conseguir um teto pra morar
Nordestino iludido com as propagandas que mostravam a televisão
Era mais uma família pra viver na mesma situação
E que situação do conto do vilão
As propagandas passavam, as famílias chegavam
A favela enchia, eu me divertia
De cada família que chegava de uma, duas, três crianças tinhas
Pra mim era só alegria, aumentava as amizades
Mas diminuía o espaço, aumentava os desentendimentos
Mas como sempre chegávamos a um acordo

Se o Z'África Brasil faz o caminho contrário ao ligar o DNA periférico aos quilombos, o grupo de São Mateus, bairro periférico da zona lesta da capital paulista, Consciência Humana traça o caminho que muitos realizaram para dar vida ao que chamamos de periferia. Como disse no início, o RAP torna sujeitos históricos os números frios, aponta suas origens, seus destinos e a situação que enfrentaram ao chegarem na cidade das "oportunidades".
Oportunidades estas escassas aos que foram marginalizados, como nos aponta o RAP Lei da periferia.

V – Uma nova década, velhos problemas ...
Terminamos a década de 1980 com uma nova Constituição Republicana, a ditadura civil-militar havia terminado e os grupos políticos se juntaram para reescrever a nova Carta Magna. Porém, os direitos ali consolidados nos artigos, poucos se fizeram valer aos debaixos. Diferente da esperança que reinava entre aqueles que tiveram seus direitos políticos cassados pela ditadura, os debaixos tiveram de dar continuidade a luta pelo direito de ter direito.
Se para os de cima a paz voltará a reinar, para os debaixos a vida continuava:

(...) uma guerra onde só sobrevive quem atira
Quem enquadra a mansão quem trafica
Infelizmente o livro não resolve
O Brasil só me respeita com um revólver, aí
O juiz ajoelha, o executivo chora
Pra não sentir o calibre da pistola
Se eu quero roupa, comida alguém tem que sangrar
Vou enquadrar uma burguesa e atirar pra matar

Para os rappers esse período foi tenso, os conflitos sociais que perduraram durante todo o século XX na década que antecedia o novo milênio estouraram, nas áreas urbanas a precariedade prevalece nos bairros periféricos e no campo os conflitos pela terra deu força às pautas dos movimentos sociais.

A fome virou ódio e alguém tem que chorar
Não queria cela nem o seu dinheiro
Nem boy torturado no cativeiro
Não queira um futuro com conforto
Esfaqueando alguém pela corrente no pescoço
Mas 357 é o que o Brasil me dá
Sem emprego quando um prego de Audi passar
Aperta o enter cuzão e digita
Esvazia a conta, agiliza, não grita
Não tem Deus nem milagre, esquece o crucifixo
É só uma vadia chorando pelo marido
É o cofre versus a escola sem professor
Se for pra ser mendigo doutor
Eu prefiro uma Glock com silenciador
Comer seu lixo não é comigo morô?

O cenário narrado pelo grupo de RAP Facção Central no RAP Isso aqui é uma guerra, expõe o fiasco que havia se tornado a república brasileira, as mazelas sociais que não tiveram uma resposta republicana serviram como combustível para incendiar o país que vivia a redemocratização política, porém, inerte diante da miséria que assolava os debaixos. "É o cofre versus a escola sem professor" que segundo o rapper Eduardo havia servido como alicerce para o contexto em que se vivia. Reparem que o Facção Central não pronuncia a palavra "cidadão",

esse é citado como "é outro brasileiro", ou seja, a república não transformou todos em cidadãos, grande parte da população foi limitada a "ocupantes" do território denominado Brasil, que para ser enxergado teria que "esfrega na cara (do Brasil) sua panela vazia", exigindo "seus direitos com o sangue da vadia".
Eduardo, rapper do Facção Central, direciona o holofote a sujeitos históricos que poucos foram evidenciados nas narrativas sobre a república: o "monstro". Esse por sua vez é apresentado como reflexo de um Estado republicano reduzido aos interesses e uma minoria, esses por sua vez viviam totalmente alheios a realidade social que o cercavam.

A número, número 1 em baixa renda da cidade
Comunidade zona sul é, dignidade
Tem um corpo no escadão, a tiazinha desce o morro
Polícia a morte, polícia socorro
Aqui não vejo nenhum clube poliesportivo
Pra molecada frequentar, nenhum incentivo
O investimento no lazer é muito escasso
O centro comunitário é um fracasso
Mas aí, se quiser se destruir está no lugar certo
Tem bebida e cocaína sempre por perto
A cada esquina 100, 200 metros

"Olha o meu povo nas favelas e vai perceber", rima de Mano Brown no RAP "Fim de semana no parque" enumera o que da república restou aos "é outro brasileiro", diferentemente aos cidadãos que como nos rima o rapper da zona sul usufruía de um outro Brasil.

Daqui eu vejo uma caranga do ano
Toda equipada e um tiozinho guiando
Com seus filhos ao lado estão indo ao parque
Eufóricos brinquedos eletrônicos

Os RAP "Isso aqui é uma guerra" e o "Fim de semana no parque" explicitam o contraste social que a república não resolveu durante seus 100 anos de existência. O país que ignorou os desafortunados sempre esteve de sorrisos nos dentes para servir ao capital internacional, principalmente o estadunidense. Situação que é apresentada pelo grupo A Família através do RAP ALCAminhopradetruição, a rima elaborada pelos rappers do interior de São Paulo, além de apresentar a ALCA localiza o Brasil na América Latina. Vínculo que durante a república sofreu vários apagamentos e nos livros didáticos esvaziasse de discussão.

Vivemos o apartheid na nossa amada terra latina
nos dentes do primeiro mundo ouro e platina
nos nossos a resina das benzetacil
no terceiro mundo no resumo do Brasil
vai! Chama todo mundo numa R pra somar
(...)

Os rappers da A Família ao trazer o debate sobre a ALCA mostra a outra face da república brasileira que, além de ignorar os "é outro brasileiro" se estabeleceu dando as costas a América Latina. O mesmo tratamento que durante 132 anos de república foi dedicado aos debaixos, comportamento que a rima do rapper Edi Rock no RAP "Fim de semana no parque" resume bem:

Olha só aquele clube que dá hora
Olha o pretinho vendo tudo do lado de fora

Em uma rima a voz da norte, como é chamado Edi Rock, dilacera a República Brasileira, essa que criou como nos aponta Preto Aplick e Wgi do grupo Consciência Humana, uma estrutura de repressão e de manutenção dos privilégios daqueles que a entendem como sendo sua.

Corrupção, armas, drogas, homicídios, genocídios
Chacinas, globalização, ALCA, privatização, MERCOSUL
Ação, desemprego, falta de educação, falta de saúde
Cadê saneamento? preconceito, discriminação, desigualdade social
Injustiça, fome, ódio, rebelião, repressão

Nota-se que os rappers da região leste da capital paulista explicitam as mazelas so-

ciais ao mesmo tempo que evidenciam as instituições criadas para a manutenção da ordem. Não se trata simplesmente de combater o crime puramente, pelo contrário, as instituições são apontadas pelos rappers como ajustadoras sociais, garantindo que nada venha desestruturar o que há mais de 130 anos pouco foi socializada ao ponto que ela própria fosse colocada em xeque.

CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo, percebe-se que a República Brasileira, embora proclamada em nome do povo, jamais se concretizou de forma plena e inclusiva para os "debaixos". Através da potente linguagem do RAP, os excluídos encontraram uma forma de narrar sua versão dos fatos, resistindo à invisibilidade e denunciando as mazelas que perduram desde o período escravocrata até os dias atuais. Mais do que simples protesto musical, o RAP surge como ferramenta pedagógica, política e identitária que reivindica memória, território e dignidade.

O enfrentamento das desigualdades, das exclusões e das violências reveladas neste estudo exige, para além do reconhecimento histórico, ações concretas de justiça social e reconstrução da cidadania. Assim, a história contada "pelos debaixos" não é apenas um contraponto à versão oficial: é um chamado à transformação radical da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Paulo. Hip-Hop: A Periferia Grita. São Paulo: Editora Novo Século, 2016.

ARROYO, Miguel. Pedagogias em Movimento: O que temos a aprender dos Movimentos Sociais? Curitiba: Editora CRV, 2003.

Face da Morte. O Crime do Raciocínio. Hortolândia/SP: Face da Morte Produções, 1999.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro Educador: Saberes Construídos nas Lutas por Emancipação. Petrópolis: Vozes, 2019.

MOASSAB, Andréia. Hip-Hop e Educação: A Cultura como Estratégia de Resistência. São Paulo: Editora Shuriken, 2011.

YOSHINAGA, Gilberto. Thaíde: 30 Anos Mandando a Letra. São Paulo: Novo Século Editora, 2016.

RACIONAIS MC´s. "Fim de Semana no Parque". CD Raio X do Brasil. São Paulo: Zimbabwe, 1993.

A FAMÍLIA. "ALCAminhopradetruição". CD Cantando Com a Alma. Campinas: Só Balanço, 2004.

FACÇÃO CENTRAL. "Isso Aqui é uma Guerra". CD Versos Sangrentos. São Paulo: Five Special, 1999.

CONSCIÊNCIA HUMANA. "Periferia tem o seu labo bom". CD Entre a Adolescência e o Crime. São Paulo: DRR Produções Fonográficas, 1999.

Z'África Brasil. "Antigamente Quilombo, Hoje Periferia". CD Antigamente Quilombo, Hoje Periferia". São Paulo: Paradoxx Music, 2002.

MOURA, Clóvis Steiger de Assis. Sociologia política da guerra camponesa de Canudos. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000